

À
ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA,

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 026/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.035441/2017-11

À FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA
PATRIMONIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J sob o n.º 10.446.347/0001-16, com sede à Rua Estelita Cruz n.º 221, Alto Branco, Campina Grande – PB, sua representante, adiante identificada e, ao final assinada, com a devida vênua, vem, à presença de Vossa Senhoria, **tempestivamente**, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

com fundamento no art. 18, do Decreto n.º 5.450/2005 c/c item 24 e subitens seguintes do instrumento convocatório impugnando, pelos motivos de fatos e fundamentos a seguir declinados:

1. Em apertada síntese, a impugnante tomou conhecimento do Pregão Eletrônico, regido pelo Edital n.º 026/2017, o qual tem como vislumbra a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, em regime 12x36, para atender às necessidades da UFPB, em todos seus Campi, na forma do item 1¹, do edital impugnando.

¹ O presente processo tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços continuados de: a) vigilância patrimonial ostensiva armada e motorizada (diurna e noturna) e b) vigilância patrimonial ostensiva armada (diurna e noturna); a serem desempenhados em regime de plantão de escala 12 x 36, para atender às necessidades da UFPB em todos os seus Campi, inclusive nas cidades de Cabedelo, São João do Cariri, Solânea e Santa Rita, conforme condições, quantidades, estimativas e exigências estabelecidas em Edital e em todos os seus anexos.

2. Ocorreu que, a d. Comissão de Licitação, ao confeccionar o texto editalício, deixou de requerer as seguintes exigências:

i) Apresentação de Alvará de Funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, conforme estabelece a **Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83 e Portaria/DPF/MJ nº 3233/2012.**

ii) Apresentação de certidão de comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado **conforme determina artigo 14, II, da Lei 7.102/83 e artigo 38 do Decreto 89.056/83.**

iii) Apresentação de documento referente à Renovação/Revisão do Alvará de Funcionamento, **conforme determina a Portaria nº Portaria/DPF/MJ nº 3233/2012.**

iv) Comprovação da prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto licitado, através da apresentação de cópia de contrato, atestado, declaração ou outros documentos idôneos que comprove(m) que a empresa possui experiência mínima de 03 (três) anos, ininterruptos. **(atendimento do art. 19, § 5º, I c/c § 6º, da IN 02/2008 e suas demais alterações)**

3. Passamos a expor, respectivamente, as razões fáticas e jurídicas quanto a necessidade das quatro exigências retrocitadas.

4. Verifica-se, que a Comissão de Licitação **não tratou de exigir dos licitantes a apresentação de alvará de funcionamento**, expedido pelo Órgão competente, senão vejamos:



9. DA HABILITAÇÃO²

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante de-tentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação

9.1.7. Na hipótese de ME ou EPP, caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do site oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal, conforme estatui o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

9.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

5. Pois bem, o artigo 14, I, da Lei 7.102/83, impõe, às empresas que prestam serviços de vigilância e segurança privada, como condição essencial para o início da execução dos serviços, a prévia autorização de funcionamento, senão vejamos:

*Art. 14 - **São condições essenciais** para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:*

² PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 026/2017 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.035441/2017-11 – Disponível no Sistema Comprasnet.

I - autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e

Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal: (Redação dada pela Lei nº 9.017, de 1995)

I - conceder autorização para o funcionamento:

a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;

6. Assim, verifica-se, que por tratar-se de atividade especial, **que necessita de prévia autorização do Ministério da Justiça,** a lei especial supracitada exige o referido alvará de funcionamento para que as empresas de vigilância armada/desarmada operem nos Estados brasileiros.

7. De tal modo, não custa lembrar que o artigo 30, IV, da Lei 8.666/83, destaca que é condição de qualificação técnica a prova do atendimento dos requisitos exigidos em lei especial, eis seu teor:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

8. De toda sorte, a prévia autorização do Ministério da Justiça e a respectiva expedição de alvará de funcionamento se apresentam como requisito indispensável para o início do exercício da atividade de vigilância. **Requisito este previsto na lei especial 7.102/83, precisamente no art. 14, I.**

9. Além disso, a Portaria 3233/2012, da Polícia Federal, regulamentadora da prestação de serviços de



vigilância e segurança privada, **determina que o exercício da atividade de vigilância patrimonial depende de prévia autorização do Departamento de Polícia Federal, consoante artigo 4º, do referido diploma.**

Art. 4º O exercício da atividade de vigilância patrimonial, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, publicado no Diário Oficial da União - DOU, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

10. É de bom alvitre ressaltar, que as empresas que desejam prestar os serviços de vigilância e segurança privada devem se submeter a um processo de autorização, solene e burocrático, para que, somente assim, receba o competente alvará de funcionamento e, posteriormente à sua data de publicação, estejam aptas a operarem nos Estados e Distrito Federal. **Para ilustrar, observemos o disposto no artigo 10, da Portaria 3233/2012.**

Art. 10. Para obter **autorização de funcionamento**, as empresas de vigilância patrimonial deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador Geral de Controle de Segurança Privada, anexando os seguintes documentos:

11. Não obstante, pela redação do artigo 28, V, segunda parte, da Lei 8666/93, percebe-se que há exigência da apresentação do competente alvará de funcionamento, senão vejamos:

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

...

V - [...] autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



12. Assim, doua Comissão de Licitação obriga-se a exigir a comprovação do atendimento dos requisitos específicos dispostos na Lei 7.102/83 e, por conseguinte, àqueles previstos na Portaria 3233/2012, da Polícia Federal, a qual regulamenta os serviços de vigilância e segurança privada.

13. Por estes motivos, considerando que os serviços de vigilância e segurança privada são atividades de risco, o legislador tratou de impor condições para o início de suas atividades, sobretudo, a prévia autorização de funcionamento, expedida pelo Ministério da Justiça. Assim, óbice não há quanto à obrigatoriedade, de exigir das licitantes, à apresentação de alvará de funcionamento, isto porque é condição essencial para as participantes executarem os serviços objeto deste certame.

14. Aliás, é condição sine qua non a autorização de funcionamento para a qualificação técnica das licitantes participantes deste Pregão Eletrônico!

15. É justamente neste sentido que nossos Tribunais tem se manifestado, compreendendo como imprescindível a apresentação de alvará de funcionamento como condição de habilitação técnica, observe-se o julgado do respeitável Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

[...] “

2 - A exigência de apresentação de alvará de funcionamento, não se mostra desarrazoada e incoerente, uma vez que se destina a todos os interessados, preservando o princípio da igualdade entre os participantes.



16. A exigência de tal comprovação, conforme se pode observar, é uma forma de tornar mais justa a competição entre os interessados e, ainda, é medida que oferta segurança jurídica ao Órgão licitante **e, ainda, segurança pública aos funcionários, professores, gestores, alunos e demais transeuntes que frequentam os Campus desta Universidade.**

17. Além disso, todavia, no mesmo sentido, a Comissão de Licitação **deixou de exigir a apresentação de alvará de revisão de autorização de funcionamento,** conforme capítulo da habilitação recortado à página 03, da presente peça impugnatória.

18. Tal exigência é imposta pela Portaria 3233/2012, da Polícia Federal, que regulamenta a prestação dos serviços de vigilância e segurança privada, senão vejamos:

Art. 9º Após a verificação da adequação das instalações físicas do estabelecimento, a Deesp ou CV emitirá relatório de vistoria, consignando a proposta de aprovação ou os motivos para a reprovação.

§ 1º Proposta a aprovação das instalações físicas pela Deesp ou CV, o certificado de segurança será emitido pelo DREX, **tendo validade até a próxima revisão de autorização de funcionamento do estabelecimento.**

§ 2º A renovação do certificado de segurança constitui requisito para a revisão da autorização de funcionamento do estabelecimento, devendo ser requerida juntamente com o processo de revisão mediante a comprovação do recolhimento das taxas

de vistoria das instalações e de renovação do certificado de segurança.

...

19. A apresentação de revisão de funcionamento, deste modo, além da exigência dos artigos supracitados, se justifica pelos mesmos fatos e fundamentos da exigência de alvará de autorização de funcionamento, **uma vez que, por se tratar de atividade específica, a cada ano, as empresas de vigilância são submetidas a um processo de revisão de autorização de funcionamento e, ao final, é publicado no Diário Oficial da União se a empresa está ou não autorizada a continuar funcionando.**

20. Além disso, a douta Comissão de Licitação, quedou-se inerte quanto exigência de apresentação de certidão de comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado Federativo, observe-se o texto da habilitação:

9. DA HABILITAÇÃO³

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante de-tentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

³ PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 026/2017 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.035441/2017-11 – Disponível no Sistema *Comprasnet*.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação

9.1.7. Na hipótese de ME ou EPP, caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal, conforme estatui o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

9.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

21. Note que, em nenhum subitem, há a exigência de apresentação de certidão de comunicação à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba. A inércia quanto a este ponto viola o disposto no artigo 14, II, da Lei 7.102/83), senão vejamos:

*Art. 14 - São **condições essenciais** para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:*

II - comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

22. Além disso, o Decreto 89056/83, em seu artigo 38, exige de forma incontestável a promoção de comunicação ao respectivo Estado que deseje atuar, senão vejamos:

Art. 38. Para que as empresas especializadas e as que executem serviços orgânicos de segurança operem nos Estados e Distrito Federal, além de autorizadas a funcionar na forma Deste Regulamento, deverão promover comunicação à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação. (Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995)

§ 1º. Da comunicação deverá constar:

I - cópia do instrumento de autorização para funcionamento;

II - cópia dos atos construtivos da empresa;

III - nome, qualificação e endereço atualizado dos sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa; bem como dos responsáveis pelo armamento e munição;

IV - relação atualizada dos vigilantes e demais funcionários;

V - endereço da sede, escritório e demais instalações da empresa;

VI - especificações do uniforme especial aprovado para uso dos vigilantes;

VII - relação pormenorizada das armas e munições de propriedade e responsabilidade da empresa;

VIII - relação dos veículos especiais, no caso de empresa especializada em transporte de valores e de empresa que executa serviços orgânicos de transporte de valores; (Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995)

IX - relação dos estabelecimentos aos quais são prestados serviços de vigilância ou de transporte de valores; e

X - outras informações, a critério da respectiva Secretaria de Segurança Pública.

§ 2º Os incisos II e IX do parágrafo anterior não se aplicam as empresas que executam serviços orgânicos de segurança. (Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995)

§ 3º Qualquer alteração dos dados a que se refere o parágrafo anterior será comunicada à respectiva Secretaria de Segurança Pública

23. Neste mesmo sentido, a Portaria/DPF/MJ nº 3233/2012 exige em vários dispositivos a prévia comunicação à Secretaria de Segurança Pública do Estado em que houver anseio de atuar, observe-se os artigos a seguir:

Art. 65. As empresas autorizadas a exercer a atividade de escolta armada deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação.

Art. 71. As empresas autorizadas a exercer a atividade de segurança pessoal deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança



Pública da respectiva unidade da federação.

Art. 95. As empresas com serviço orgânico autorizadas a funcionar na forma desta Portaria deverão informar o início da sua atividade de vigilância patrimonial ou transporte de valores à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação.

24. A exigência supracitada tem como objetivo ofertar segurança pública aos cidadãos, uma vez que a atividade de segurança privada impõe vários riscos, **necessitando de fiscalização dos Órgãos que compõe a Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado da Federação que àquela empresa de vigilância irá atuar.**

25. Não há dúvidas, portanto, que a Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba também se mostra como requisito indispensável para obter habilitação técnica da empresa licitante, **uma vez que é condição essencial para que operem nos Estados e Distrito Federal.**

26. Desta feita, não custa lembrar, que a exigência de apresentação de alvará de funcionamento, a exigência de alvará de revisão de autorização de funcionamento e à comunicação à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba são requisitos indispensáveis para a habilitação técnica das licitantes, isto porque são condições imprescindíveis para o exercício da atividade de vigilância e segurança privada.

27. De todo modo, cumpre registrar, ainda, que esta d. Comissão de Licitação quedou-se inerte quanto a exigência de comprovação de ter prestado serviços terceirizados, objeto deste certame, **por período não inferior a três anos,** senão vejamos:



9.5. Qualificação econômico-financeira:

9.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos moldes do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/1993 e/c art. 1.078 do Código Civil, em consonância com o Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário;

9.5.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



Universidade Federal da Paraíba - Prefeitura Universitária
Comissão Permanente de Licitação - CPL/PU

9.5.3. Comprovação da situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, maiores ou iguais a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.5.4. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

9.5.5. Comprovação de patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.5.6. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo XIII** do Edital de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.5.7. A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social.

9.5.8. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração



Universidade Federal da Paraíba - Prefeitura Universitária
Comissão Permanente de Licitação - CPL/PU

do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.6. As empresas, **cadastradas ou não** no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.6.1. **Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.**

9.6.2. A Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, com a redação dada pela IN SLTI/MPOG nº 06/2013, preceitua, em seu art. 19, que os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber: na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, 73 (setenta e três) postos, no mínimo, sendo 13 (treze) para **postos armados e motorizados** e 60 (sessenta) para **postos armados**.

9.6.3. A Contratada deve zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, e que as falhas que porventura venham a ocorrer, sejam sanadas segundo critérios, indicadores, índices e parâmetros fixados pelas normas pertinentes com o objeto deste certame licitatório, bem como o que estabelece o Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**).

9.6.3.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante declaração da contratante.

9.6.3.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

9.6.4. Declaração de Sustentabilidade Ambiental e às Normas de Proteção do Meio Ambiente, conforme **Anexo IV**.

9.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema de Compras Governamentais (*upload*), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação no sistema eletrônico, nos moldes do Art. 3º da Instrução Normativa do SLTI/MPOG nº 01 de 26/03/2014, prorrogável por até igual período mediante solicitação do fornecedor, preferencialmente via e-mail e dentro do prazo de convocação, a critério do pregoeiro.



9.8. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cpipu@prefeitura.ufpb.br no mesmo prazo de 02 (duas) horas. Neste caso, a CPL-PU disponibilizará em sua página na internet, aos interessados e ao público em geral, cópia escaneada da documentação enviada.

9.9. Uma vez convocada, a licitante vencedora encaminhará, oficialmente, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para fins de habilitação, a **documentação física** (todos **originais ou cópias autenticadas**, assim como a proposta atualizada) para análise, nos moldes da Portaria Normativa SLTI-MPOG Nº 05, de 19/12/2002 ao Protocolo Geral ou Via Postal, com AR (Aviso de Recebimento) enviado para o e-mail: cpipu@prefeitura.ufpb.br. Uma vez aprovada tal documentação, a licitante será declarada habilitada.

9.10. No caso de envio postal, o endereço da CPL-PU é o seguinte:

Universidade Federal da Paraíba – Campus I (Reitoria)
A/C Comissão Permanente de Licitação (CPL-PU)
Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões)
Cidade Universitária, S/N
João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900
E-mail: cpipu@prefeitura.ufpb.br

9.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa equiparada, seja declarada vencedora, desde que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição não-fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



9.13. A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28. É preciso registrar, que no subitem 9.6.1, do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação informa que deverá ser apresentados contratos e atestados em quantidades compatíveis com o objeto licitado, **contudo, não exige comprovação de experiência mínima não inferior a três anos**, consoante exigência expressa da Instrução Normativa 02/2008.

29. Observe-se as exigências do diploma normativo supracitado:

Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem o conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:

§ 5º Na contratação de serviços continuados, a Administração Pública poderá exigir do licitante: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

I - comprovação de que tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

§ 6º Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos prevista no inciso I do § 5º, será aceito o somatório



de atestados. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

30. O entendimento da Corte Suprema de Contas é firme e pacífico quanto à exigência, em licitações, de experiência mínima de três anos para prestação de serviços de natureza continuada, conforme julgado em Acórdão n.º **TC 006.156/2011-8**.

III.b.3 – Experiência mínima de 3 anos

121. Observe-se, ainda, que o mesmo art. 30, inciso II, da Lei 8.666/93, autoriza expressamente a administração a exigir da licitante a comprovação de que já executou objeto compatível, **em prazo**, com o que está sendo licitado. De acordo com o art. 57, inciso II, dessa Lei, os contratos para prestação de serviços de forma contínua poderão ser prorrogados por até sessenta meses. Nesse sentido, compreendemos pertinente que a exigência relativa a prazo possa ser feita até o limite das prorrogações sucessivas.

122. Não obstante a autorização legal, verifica-se que a Administração não fixa exigência relativa a prazo nas licitações e contrata empresas sem experiência, as quais, com o tempo, mostram-se incapazes de cumprir o objeto acordado.

123. Pesquisa apresentada pelo SEBRAE-SP demonstra que em torno de 58% das empresas de pequeno porte abertas em São Paulo não passam do terceiro ano de existência. Esse dado coaduna com a constatação da Administração Pública de que as empresas estão rescindindo, ou abandonando, os contratos, antes de completados os sessenta meses admitidos por lei.

124. **Portanto, em relação ao prazo, a proposta do grupo é a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação.**

31. Ademais, vale lembrar, que a Instrução Normativa impõe a exigência supracitada na confecção dos instrumentos convocatórios, conforme redação do *caput* do artigo 19, do referido diploma.



32. A comprovação de experiência mínima de três anos em serviços de vigilância e segurança privada se presta a ofertar segurança jurídica ao Órgão licitante, isto porque lhe permitirá contratar com empresas consolidadas no mercado e, por conseguinte, evitar futuras frustrações contratuais,

33. Por derradeiro, todavia, não menos importante, cumpre salientar, que os arquivos inicialmente disponibilizados pelo Órgão licitante estavam corrompidos deixando-os inacessíveis. **A prova disso é que a própria impugnante requereu, através do Ofício 085/2017, a disponibilização dos arquivos tendo em vista que os que foram distribuídos aos licitantes comportavam inconsistências, senão vejamos:**



FORÇA ALERTA - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
Rua Estelita Cruz nº 221 - Alto Branco - Campina Grande - PB
Telefax: 83 - 3341 - 1700/3321-6170 CNPJ: 10.446347/0001-16

OFÍCIO N.º 085/2017

Campina Grande - PB, 06 de novembro de 2017.

A Sua Senhoria, o ilustre,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações (ou quem a ela se referir)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CIDADE UNIVERSITÁRIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CÓPIA

Ilustríssimo Presidente,

À FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Estelita Cruz nº. 221, Alto Branco, Campina Grande - PB, regularmente inscrita no CNPJ: 10.446.347/0001-16, por seu representante legal, adiante identificado, vem, *mui respeitosamente*, à presença de Vossa Excelência, informar e requer o seguinte:

Ao cumprimentá-lo, servimos do presente singular para informar que o arquivo que, ao realizar a retirada do Edital - PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 026/2017 -PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.035441/2017-11, pelo sistema *Comprasnet* e pelo portal desta Instituição, não obtivemos sucesso na retirada, visto que vários arquivos que compõe o referido anexo estão corrompidos, conforme "prints" a seguir:

Arquivo	Tamanho	Formato	Extensão
01 Anexo 00 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000
02 Anexo 01 - Termo de Referência 2017	1.024.000	PDF	1.024.000
03 Anexo 02 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000
04 Anexo 03 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000
05 Anexo 04 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000
06 Anexo 05 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000
07 Anexo 06 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000
08 Anexo 07 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000
09 Anexo 08 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000
10 Anexo 09 - Edital Pregão 002/2017	1.024.000	PDF	1.024.000

FORÇA ALERTA SEGURANÇA PRIVADA
GABINETE DA DIRETORIA
Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco, Campina Grande - PB, CEP: 58.401-470.
Fone: (83) 3341.1700
e-mail: diretoria@grupoderuas.com.br



FORÇA ALERTA - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
Rua Estelita Cruz nº 221 - Alto Branco - Campina Grande - PB
Telefax: 83 - 3341 - 1700/3321-6170 CNPJ: 10.446347/0001-16



De outro modo, destacamos que conseguimos realizar extração dos seguintes arquivos:

1. Anexo 00
2. Anexo 10
3. Anexo 11
4. Anexo 12
5. Anexo 13
6. Anexo 14
7. Anexo 15
8. Anexo 16

Assim, verificando a imprescindibilidade das informações constantes nos arquivos informados, **requeremos que seja sanado a inconsistência dos arquivos e que o anexo correto seja disponibilizado no sistema Comprasnet, em observância ao princípio constitucional da publicidade.**

Aguarda acolhimento.

Nã oportunidade, externamos nossos sinceros protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

Douglas do Nascimento

Douglas do Nascimento
Chefe de Departamento Operacional

FORÇA ALERTA SEGURANÇA PRIVADA
GABINETE DA DIRETORIA
Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco, Campina Grande - PB, CEP: 58.401-470.
Fone: (83) 3341.1700
e-mail: diretoria@grupoderuas.com.br

34. Contudo, a disponibilização, aos licitantes, destes arquivos foi realizada posterior a data de publicação do edital, uma vez que somente foram disponibilizados no dia 06 de novembro de 2017, às 13 horas, conforme documento a seguir:



Comissao Permanente de Licitacao <cplpu@prefeitura.ufpb.br>
Para: Fernanda Soares <comercial3@grupoalertasv.com.br>

8 de novembro de 2017 13:00

Prezada Senhora,

Hoje tal situação foi regularizada. Pedimos que acesse novamente a página da CPL-PU.
O link é o seguinte: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_26_2017_Vigilancia.zip

Com relação ao comprasnet, o novo arquivo só estará disponível após a publicação no DOU.

Encaminhamos anexo.

Caso ocorra algum fato novo não hesite em nos consultar.

Att.
CPL-PU

De: "Fernanda Soares" <comercial3@grupoalertasv.com.br>
Para: "Comissao Permanente de Licitacao" <cplpu@prefeitura.ufpb.br>
Enviadas: Segunda-feira, 6 de novembro de 2017 9:55:29
Assunto: Re: PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 026/2017 (Edital e os respectivos anexos)

[Texto das mensagens anteriores oculto]

35. Destaque-se, deste modo, que a Comissão Licitante custou a disponibilizar os referidos arquivos, considerando que a data da Sessão Pública já havia sido agendada para o dia 16 de novembro deste ano, contemplando, assim, um prazo de apenas 06 (seis) dias úteis para reunir todos os documentos de habilitação técnica, jurídica e econômico-financeira, dentre outros documentos, entre certidões, contratos, atestados e planilhas.

36. Registre-se, que a demora na disponibilização dos arquivos corrompidos acarretou prejuízos aos licitantes, uma vez que impossibilitou a análise liminar dos documentos que seriam exigidos pelo Edital. **Não se pode olvidar, que a distribuição de arquivos corrompidos, impossibilitando seu acesso, violou o princípio da transparência e da publicidade, princípios corolários da administração pública, caracterizando, inclusive, ato de improbidade administrativa.**

37. Além disso, merece registro, o fato de tratar-se de um certame de grande porte, o qual demanda muitos documentos para serem expedidos e colacionados ao Pregão Eletrônico,

demandando, por óbvio, mais de 06 (seis) dias úteis para serem reunidos.

38. Por estes motivos, em homenagem ao princípio da ampla concorrência, suplicamos que seja remarcada a Sessão Pública aprazada, para que não haja ofensa ou frustração ao caráter competitivo do referido certame.

EX POSITIS, ante o exposto e em face das inconformidades destacadas por meio deste instrumento impugnatório, requer a **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL** que Vossa Senhoria se digne de **DEFERIR** a presente impugnação, para que seja incluída dentre às cláusulas do edital, as seguintes exigências:

- a) Apresentação de Alvará de Funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, conforme estabelece a **Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83 e Portaria/DPF/MJ nº 3233/2012.***
- b) Apresentação de certidão de comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado **conforme determina artigo 14, II, da Lei 7.102/83 e artigo 38 do Decreto 89.056/83.***
- c) Apresentação de documento referente à Renovação/Revisão do Alvará de Funcionamento, **conforme determina a Portaria nº Portaria/DPF/MJ nº 3233/2012.***
- d) Comprovação da prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto licitado, através da*

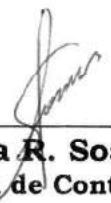
apresentação de cópia de contrato, atestado, declaração ou outros documentos idôneos que comprove(m) que a empresa possui experiência mínima de 03 (três) anos, ininterruptos. **(atendimento do art. 19, § 5ª, I c/c § 6ª, da IN 02/2008 e suas demais alterações)**

Requer, ainda, que seja **deferido** o pedido de remarcação da realização do Pregão Eletrônico, designado para o dia 16 de novembro de 2017, tendo em vista que entre a data da efetiva disponibilização dos arquivos e à data do certame, há apenas 06 (seis) dias úteis para **reunir todos os documentos necessários para exaurimento dos requisitos de habilitação e elaboração da planilha de custos e formação de preços.**

As razões aduzidas merecem total acolhimento, por ser de inteira medida e salutar justiça!

Nestes termos,
Suplica deferimento.

Campina Grande – PB, 10 de novembro de 2017.



Fernanda R. Soares da Silva
Coordenadora de Contratos e Licitações